

## **Celtas e castrejos na Península Ibérica – questões sobre a identidade nacional e o substrato proto-celta**

Silvana Trombetta  
Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (MAE/USP)  
[siltrom@yahoo.com.br](mailto:siltrom@yahoo.com.br)

Recebido em: 29/03/2018  
Aprovado em: 30/04/2018

### **Resumo :**

O artigo visa discutir a presença dos povos castrejos e celtas na Península Ibérica. Atualmente, o debate divide-se em dois grupos. De um lado, há os que consideram os castrejos um dos vários grupos celtas que habitavam esta parte da Europa, sendo a afirmação de sua peculiaridade vista como um traço historicamente construído por questões de identidade nacional. Por outro lado, há arqueólogos que, apesar de não negarem o uso da denominada cultura castreja durante o século XIX para a afirmação da identidade nacional (particularmente a portuguesa), visualizam traços distintivos no Noroeste de Portugal e Espanha que vão além de um simples uso do passado por razões políticas. Assim, tais questões serão examinadas visando detectar a existência ou não de um substrato comum proto-celta, bem como as possíveis singularidades da cultura castreja.

**Palavras-chave: celtas, castrejos, identidade nacional, substrato proto-celta**

### **Abstract :**

The object of this article is to discuss the presence of the Castro Culture and of Celtic people on the Iberian Peninsula. Currently there are two sides to this debate. On one hand, some consider the “Castro” people as one of the Celtic groups that inhabited this part of Europe, and see their peculiarity as a historically designed trait due to issues of national identity. On the other hand, there are archeologists that – despite not ignoring entirely the usage of the Castro culture for the affirmation of national identity during the nineteenth century (particularly in Portugal) – saw distinctive characteristics in the Northwest of Portugal and Spain which go beyond the use of the past for political reasons. We will examine these questions aiming to decide if there is a common Proto-Celtic substrate, and possible singularities in the Castro Culture.

**Keywords : Celts, Castro Culture, national identity, Proto-Celtic substrate**

O uso do termo celta e a questão da presença de tais povos na Europa e, particularmente, na Espanha é marcada por polêmicas que envolvem nacionalismos, indagações sobre a existência ou não de levas invasoras (populações que trariam consigo elementos da Cultura Urnfield, Hallstatt e La Tène) e de um substrato cultural proto-celta comum em várias áreas do velho continente.

Durante muito tempo, os celtas foram “invocados” para testemunhar uma unidade europeia que posteriormente foi “quebrada” pela presença de Roma, mas que sempre subsistiu e que poderia ser encontrada nas raízes indígenas das mais diferentes populações. Curiosamente, estas mesmas raízes indígenas marcariam não uma unidade, mas uma diferença quando da afirmação dos nacionalismos europeus, particularmente no decorrer do século XIX.

Tais afirmações, logicamente, não escaparam de intenções socioeconômicas e políticas. Como afirma Cunliffe (2003: 3), a proclamada “herança celta tem sido e sem dúvida continuará a ser, o sinal de alerta para muitos movimentos políticos”. É o que se pôde observar em diferentes eventos, com objetivos claramente distintos. A Exposição em Veneza no ano de 1991, intitulada “Os Celtas, As Origens da Europa” teve o propósito de colocar em relevo o ideal de União Europeia enquanto que o Interceltic Congress ocorrido em Rennes no ano de 2001 cujo tema foi “História nos países celtas atualmente – povo sem memória é povo sem cultura” teve a finalidade de promover a identidade das comunidades que viviam ao longo da costa Atlântica contra tendências “centralizadoras dos estados europeus, particularmente os com base em Londres, Paris e Madri” (CUNLIFFE, 2003: 3).

Questões nacionalistas também se tornam evidentes quando se analisa a Península Ibérica. Os povos que habitavam o noroeste (denominados de galaicos ou castrejos) são vistos por pesquisadores como Silva (2007) enquanto uma população nativa da região, que se num passado remoto pautou-se por influências atlânticas, constituiu-se ao longo dos séculos enquanto um povo com características peculiares que se configuravam no habitat (assentamentos em locais elevados, construções de casas circulares em pedra, presença de balneários) e numa ordem social hierarquizada (com a presença de uma elite guerreira) cujo rito de enterramento da população ainda é obscuro e fruto de controvérsias, visto que não há necrópoles bem definidas. Isto leva a pensar se haveria um rito de cremação e posterior deposição das cinzas nas águas ou se os corpos seriam expostos em plataformas para serem devorados por aves necrófagas. Neste último caso,

contrariamente ao que ocorria entre os celtiberos (SILIO ITÁLICO, Punica, III, 340-343) tal rito não seria destinado somente aos mais valorosos guerreiros.

Não obstante as particularidades dos castrejos, sua diferenciação dos demais povos da Península Ibérica é vista por estudiosos como Gonzalez-Ruibal (2006), enquanto uma construção ligada à identidade nacional<sup>1</sup> que no decorrer do século XIX afetou vários países europeus com o propósito de criar um passado pré- ou proto-histórico para os

[...] Estados-Nações e de sustentar com práticas culturais de prestígio a burguesia que se encontrava em seu momento de glória, o que explica também o furor arqueológico do final do século. Não por acaso, Martins Sarmiento, licenciado em Direito e endinheirado rentista pertencia à alta burguesia de seu país. As escavações de Sarmiento inauguram ademais uma forma de proceder que teria uma vastíssima extensão temporal. Tratava-se de recolher os objetos de maior destaque e estudá-los com absoluto desprezo do contexto do qual haviam sido extraídos, para o qual se buscavam paralelos ibéricos e europeus. (GONZALEZ-RUIBAL, 2006: 25)

Embora os movimentos nacionalistas tenham deixado marcas em diversos países da Europa, o caso da Península Ibérica assume uma característica singular na medida em que embora o Noroeste abarque parte de Portugal e da Espanha

[...] a zona entre Douro e Minho é uma parte substancial do território português e uma das primeiras na qual se levou a cabo um estudo exaustivo da proto-história neste país, de modo a figurar na memória nacional como um dos territórios fundadores do Reino de Portugal com capital em Guimarães, precisamente ao lado de Briteiros, o primeiro castro escavado no Noroeste. A Galícia, por sua vez, é uma parte pequena da Espanha, que não tem contribuído essencialmente para a construção da ideia de nação espanhola e é um lugar no qual a investigação arqueológica tem competido com outras zonas mais ativas e atrativas como a Andaluzia ou a Meseta. (GONZALEZ-RUIBAL, 2006: 35-36).

Deste modo, para Gonzalez-Ruibal, a “cultura castreja” foi inventada (no sentido etimológico atual da palavra) por Martins Sarmiento com o intuito de glorificar o passado português. Isto não significa que o autor aponte para a existência de uma cultura “celta” ao invés de uma cultura “castreja” no Noroeste, visto que a região abarcou uma variedade de grupos étnicos que variaram ao longo do tempo e do espaço, o que dificulta uma associação a um único grupo.

Há, no entanto, pesquisadores que se posicionam contrariamente às proposições de Gonzalez-Ruibal. Para Armando Coelho Ferreira da Silva:

[...] a Galícia, o centro e o norte de Portugal oferecem em contraste com a área meridional uma unidade estrutural de entidades regionais impregnadas de um profundo conteúdo humano que foi percebido por Estrabão (3.3,5-7) na descrição de povos que iam do rio Tejo até o Ártabro. Este extenso território compreende cinco regiões tradicionais: Galícia, as terras entre o Douro e o Minho, Trás os Montes, a Beira Litoral e a Beira Interior” (SILVA, 2001: 335).

Silva segue, assim, reafirmando a existência da Cultura Castreja no Noroeste Peninsular, a qual seria dotada de uma complexa idiosincrasia, onde sobre um “profundo substrato pré-indo-europeu foram-se acumulando elementos de uma influência celta” (2001, p. 335). Logicamente, tal processo histórico não foi estático e dentro de um longo período que compreende desde o primeiro milênio a.C. até o século I d.C. os habitantes da região estiveram sujeitos a múltiplas influências (como as dos túrdulos, púnicos, itálicos).

Para o autor, a formação do que se identifica como Cultura Castreja ocorreu durante a transição do final do segundo para o primeiro milênio a.C. refletindo-se no tipo de habitat e organização social.

[...] Há no habitat pétreo castrejo a presença de plantas circulares congêneres que seriam uma solução de tradição indígena de base etnográfica, frente à teses difusionistas que visam explicar sua gênese nos povoados meridionais da Idade do Bronze. Trata-se de uma tradição local que não tem nada que ver com presumíveis influências celtas, como tem sido considerado desde os primeiros trabalhos de Alexandre Herculano, pai da historiografia portuguesa, a propósito das choupanas circulares das ruínas da Citânia de Briteiros, uma vez que os celtas construíam seguindo critérios ortogonais (SILVA, 2001: 339).

Do mesmo modo, Bravo (2001: 131), afirma que as habitações dos povos do Noroeste não seguiam um plano regular, sendo comum adaptar as casas ao terreno disponível e que tal fato diferencia este tipo do urbanismo do existente na Meseta, onde os agrupamentos de casas (geralmente retangulares) formavam quarteirões.



Figura 01 – Castro de Santa Tegra (Guarda) com habitações circulares dentro de um plano que não segue padrão ortogonal. In: Bravo (2001: 130).

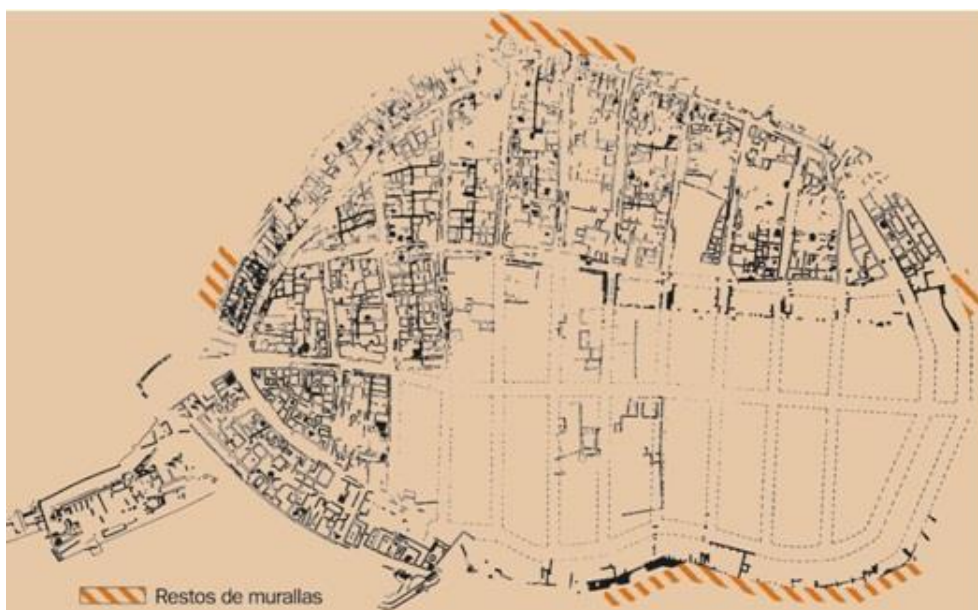


Figura 02 – *Oppidum* de Numância com a presença do plano ortogonal e casas retangulares. In: Yacimiento Celtibero de Numancia (Soria) - <http://www.numanciasoria.es/>

Cabe lembrar que isto não significa a inexistência de castros do Noroeste com plano ortogonal. O exemplo mais conhecido é o da Citânia de Sanfins no município de Paços de Ferreira (o maior castro do Noroeste, com 40 hectares) cuja urbanização no

decorrer do século I d.C., embora possua elementos estruturais de organização comunitária que tem como referência a unidade familiar, foi cuidadosamente planejada, com “largas ruas separando blocos regulares, nos quais os grupos familiares se estabeleceram. Estes eram ainda a unidade fundamental do assentamento, embora neste caso eles não tenham se superimposto sobre o espaço grupal (o assentamento como um todo)” (PARCERO e COBAS, 2004: 43).



Figura 03 – Citânia de Sanfins – plano ortogonal, com indicação das muralhas e alamedas e com a presença das casas circulares. In Parcero e Cobas, 2004: 44

Deste modo, embora na fase proto-histórica (marcada pela influência romana) os assentamentos presentes em Sanfins (Paços de Ferreira), Briteiros (Guimarães) e Monte-Mozinho (Penafiel) seguissem um planejamento ortogonal e houvesse construções retangulares, as habitações pétreas circulares continuaram mais frequentes, sendo também importante ressaltar que no caso do Castro de Santa Tegra mesmo durante o principal período de ocupação (primeira metade do século I d.C.) o plano do castro não era ortogonal.

Outro ponto importante refere-se ao uso do material pétreo. Construções circulares em pedra do Castro de Terroso (Póvoa de Varzim) datadas por radiocarbono como pertencentes aos séculos VII e VI a.C. refutam, para Silva (2001: 339-340), teses de que antigas habitações seriam construídas com materiais perecíveis. No entanto, é interessante observar que ao analisar os balneários castrejos, os mesmos são vistos pelo

autor como edifícios termais de origem indígena (sem influências helênicas ou romanas) sendo que as primeiras construções teriam sido feitas em material perecível e, posteriormente, no período proto-urbano (século I a.C. a meados do século I d.C.) com material pétreo.

No entanto, encontramos em castros na região das Astúrias balneários construídos em pedra cuja cronologia precede o contato com os romanos. O melhor conhecido é o do Castro de Chao Samartín (Astúrias). Este edifício termal teria sido erigido por volta de IV ou III a.C. (PARCERO E COBAS, 2004: 46) como bem aponta a alta concentração nos níveis estratigráficos mais antigos, de cerâmica indígena que remonta ao período pré-romano (séculos IV-II a.C.). Segundo Villa-Valdés (2012: 25)

[...] o balneário foi construído no começo do século IV a.C., dentro do recinto fortificado.....A planta do edifício mostra que havia quatro ambientes diferenciados, equiparáveis com as estâncias que caracterizam as *pedras formosas* portuguesas (átrio, antecâmara, câmara e forno) e que, de um modo geral, também tem sido reconhecidas nos demais monumentos asturianos.

A boa conservação desse balneário possibilitou a correlação de sua estrutura com a dos balneários pétreos dos castros asturianos de Pencia e Coaña (século V ou IV a.C.) o que permite verificar que compartilhavam uma concepção arquitetônica similar. Para Villa-Valdés (2000: 97), a surpreendente semelhança dimensional que mostram as plantas originais dos edifícios prova a fidelidade a um padrão estabelecido e a utilização de uma mesma unidade de medida.



Figura 04 – Sauna do Castro de Chao Samartín. In <http://www.castrosdeasturias.es/castros/62/16/la-visita-al-castro>



Figura 05 - Sauna de Chao Samartín. In <http://www.castrosdeasturias.es/castros/62/16/la-visita-al-castro>

Isto nos leva a questionar porque nos castros portugueses haveria uma primeira construção com materiais perecíveis e posteriormente, no período proto-histórico, sua construção seria com material pétreo. As peculiaridades regionais (sociais ou geográficas) seriam suficientes para explicar porque nos castros portugueses o balneário encontrava-se longe do assentamento e uma primeira construção teria sido feita com materiais perecíveis enquanto que nos asturianos localizavam-se na entrada dos castros e eram construídos em pedra? Ainda não há respostas para estas questões, mas podemos observar características singulares em alguns castros nos quais mesmo após a presença romana não houve reorganização da área habitacional a partir da adoção do plano ortogonal (Castro de Santa Tegra) e que nas Citânias de Sanfins e Briteiros, a ordenação dentro do plano ortogonal não determinou a inclusão das termas no interior da área habitacional (o que era comum no mundo romano)<sup>2</sup>. Em todo caso, a existência de balneários nas Astúrias entre os séculos V e IV a.C. confirma que este tipo de edifício não foi uma decorrência do contato com romanos ou helenos.

Um ponto em comum entre os balneários portugueses e asturianos refere-se ao aspecto ritualístico, embora haja diferenças relacionadas à localização das saunas. Como já foi dito, a maior parte dos balneários portugueses situavam-se longe dos assentamentos e os asturianos junto à porta de acesso aos povoados. Na região das



Astúrias, o rito era realizado no local segregado da acrópole<sup>3</sup> (isolada por fossos e paliçadas) uma vez que “a porta de acesso, o trecho inicial da via antes da entrada na área urbana, a grande cabana de assembleia e o balneário compunham a cenografia repetida nestes povoados como local próprio para a celebração, a reunião e o convite a quantos atos de representação podem requerer o protocolo cerimonial comunitário” (VILLA-VALDÉS, 2012: 36). Quanto aos balneários portugueses, embora haja diferenças quanto ao conjunto de edifícios e à posição geográfica, a maior parte dos pesquisadores (Silva, Almagro-Gorbea) afirma a correlação entre as saunas castrejas e o ritual iniciático do guerreiro, no qual água<sup>4</sup> e fogo seriam elementos de metamorfose e renovação (tal qual nos asturianos).

Não obstante as diferenças existentes entre balneários portugueses e asturianos, os mesmos apresentam-se como um dos traços culturais característicos do noroeste da Península Ibérica juntamente com outros elementos: habitat construído em locais elevados, cabanas circulares pétreas, ritos de enterramento ainda desconhecidos. Tais características podem não ser consideradas suficientes para diferenciar “povos castrejos” de “povos celtas”, mas atualmente parecem distantes de ser simplesmente uma construção nacionalista portuguesa (embora seja inegável que no século XIX a preocupação com a formação da identidade nacional tenha impregnado os estudos arqueológicos), uma vez que também em relação à própria presença dos celtas na Europa há posições divergentes que variam do ceticismo celta ao pan-celtismo. Tais posições interligam-se igualmente com questões de identidade/nacionalidade, como foi exposto no início deste artigo.

Neste sentido, Zapatero (2001: 73), alerta para o fato de que no século XXI os “celtas” são o resultado “de um longo e complexo trabalho de bricolagem erudito e intelectual, cujos autores – ao menos dos dois últimos séculos – tem esquecido o próprio processo de construção”. Para o autor, as posições no meio acadêmico podem ser reduzidas a três: 1 - os celtistas tradicionais que defendem os “celtas” descritos pelos escritores gregos e romanos e correlacionam os celtas com a cultura La Tène, possuindo uma mesma organização social, religião, arte; 2- os estudiosos críticos que não aceitam a simples correlação celta = La Tène e creem que os textos clássicos, a linguística e a arqueologia possibilitam rastrear uma realidade celta, diversa no decorrer do tempo e do espaço; 3 - os célticos, que creem que os celtas foram uma construção dos antigos e dos eruditos do Renascimento e dos pesquisadores atuais.

Assumiremos a segunda posição, na medida em que a correlação entre as fontes textuais, materiais e dados linguísticos evidenciam que os celtas foram uma realidade histórica e que nem sempre sua presença em uma localidade pode ser vinculada com a cultura La Tène. Segundo Cunliffe (1997: 133), “considerando o problema da Península Ibérica, é necessário dissociar a cultura material La Tène do conceito de “celta” e, ao fazer isto, a natureza e a significância da língua celta, inevitavelmente emergem”.

Na análise da presença celta na Península Ibérica, a não correlação de boa parte da documentação arqueológica encontrada com as culturas Hallstatt e La Tène foi, durante anos, motivo de exclusão desta região do debate acadêmico sobre os celtas no continente europeu. Superar esta questão requer levar em conta o aspecto étnico-cultural dos povos que habitavam a região da Hispânia.

As raízes do mundo celta peninsular estariam, portanto, em um substrato proto-celta conservado no Ocidente peninsular e que durante a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro se estenderia desde as regiões atlânticas até o planalto da Meseta. Tal fenômeno seria atestado pela existência de elementos ideológicos (rituais de iniciação dos guerreiros), achados e estruturas arqueológicas (depósitos votivos de armamentos em água, construção de habitações pétreas) e evidências linguísticas (antropônimos e topônimos) comuns nas diversas áreas e que apontam para um substrato de tipo indo-europeu (ALMAGRO-GORBEA, 1992: 8).

O substrato indo-europeu também é apontado por Silva (2013: 25)

[...] 4- Área considerada dos Calaicos, segundo designação apropriada de um étnico menor da margem direita do rio Douro (Tranoy 1977), que se fez extensiva até à Galiza (cuja onomástica adoptou), e Trás-os-Montes com a romanização, distingue-se por uma cultura proto-histórica de idiossincrasia complexa, em que se acumularam sobre um fundo pré-indo-europeu um poderoso substrato linguístico indo-europeu, bem reconhecido nas principais entidades do atual quadro geográfico (em especial hidrónimos e orónimos), e elementos de natureza celtizante (em particular, etnónimos e antropónimos) mais visível a norte, e de procedência túrdula, mais implantada na Beira Litoral a sul do Douro, documentados em numerosas informações das fontes clássicas, históricas e epigráficas.

Tal substrato não ficaria restrito aos elementos linguísticos, atuando na concepção de mundo (ideia de simetria entre macrocosmos e microcosmos) e consequentemente na estrutura e organização da sociedade castreja (Silva, 2013). Deste modo, percebe-se que tanto no noroeste da Península quanto nas demais regiões que a

englobam, os pesquisadores apontam para o substrato indo-europeu e posteriormente proto-celta como o componente que permite explicar as semelhanças culturais entre os vários povos que compunham a antiga Hispânia.

Na esfera acadêmica, a ênfase no substrato proto-celta pode decorrer do fato da Espanha ter buscado nas últimas décadas afirmar que embora haja pouco material arqueológico relacionado à cultura La Tène na Península Ibérica, a presença celta é verificável através dos objetos arqueológicos semelhantes encontrados nas mais diversas regiões (estátuas de guerreiros com torques, adagas biglobulares, construções em pedra), dos topônimos (sufixos de localidade terminados em *briga* como, por exemplo, *Segobriga*) e antropônimos (nomes como *Ambatus*) e dos textos de escritores antigos como Avieno (*Ora Marítima*)<sup>5</sup>, Heródoto (*Histórias*)<sup>6</sup> e Políbio (*Histórias*)<sup>7</sup>.

Almagro-Gorbea (2001: 103), afirma que

[...] no Bronze Final, no início do I milênio a.C., no ocidente e na metade norte da Península Ibérica existia um substrato cultural indo-europeu, mais arcaico porém não diferente das culturas celtas da Idade do Ferro, o que permite compreender melhor a origem e as características dos celtas na Península Ibérica. Tal substrato pode-se considerar “proto-celta” pois seus elementos característicos são celtas, ainda que mais arcaicos que os centro-europeus pois procedem de tradições atlânticas iniciadas na época campaniforme, o que explica as afinidades de um mundo celta atlântico, desde as Ilhas Britânicas até a Península Ibérica, cuja origem e características não podem ser explicadas por invasões celtas provenientes da Europa Central.

Este substrato arcaico seria paulatinamente absorvido ao surgir e expandir-se progressivamente desde o Sistema Ibérico<sup>8</sup> a cultura Celtibera a partir do século VI a.C., o que explica a citada proximidade cultural de todas as populações celtas da Península Ibérica, como carpetanos, vaceus, vetões, lusitanos, galaicos, astures, cântabros, etc., sobre os quais é evidente a crescente expansão dos celtiberos<sup>9</sup>.

Tal fato leva a maior parte dos pesquisadores espanhóis a considerarem os castrejos (também denominados galaicos) como um dos grupos com características celtas, visto que tal substrato seria bastante arcaico e explicaria a similaridade cultural das diversas populações que habitavam a Península Ibérica. A ênfase na existência do substrato comum também visa refutar antigas teorias invasoristas<sup>10</sup> de populações celtas na Espanha, hoje descartadas pelo fato de não haver correspondência entre as ditas levas invasoras e os objetos arqueológicos encontrados na região.

Para Almagro-Gorbea (2001: 110-111), as particularidades existentes na Galícia seriam decorrentes de um processo no qual a crescente celtiberização da Península Ibérica teria ocorrido de forma mais lenta e gradual na referida região, de modo que é possível observar entre os castrejos o uso de torques e armamentos igualmente encontrados entre os celtiberos embora seus ritos funerários (ainda pouco conhecidos) não sigam o padrão celtibero de enterramento em urnas cinerárias depositadas em necrópoles.



Figura 06 – Punhais biglobulares encontrados na necrópole celtibera de Carratiermes (Montejo de Tiermes, Soria. Século II a.C.). In: Lorrio (2001: 196).



Figura 07 – Torques de ouro provenientes do Tesouro de Foxados (Pontevedra. Idade do Ferro). In: <http://www.museo.depo.gal/coleccion/seculo.xx/ga.03010002.html>



Figura 08 – Estátua de guerreiro galaico do Castro de Outeiro Lesenho portando torque, escudo e punhal biglobular (século I a.C.) In: Silva (2007: 260, Est.CXX).

A progressiva “celtiberização” teria sido interrompida com o advento da conquista romana. A “celtiberização” seria, assim, ainda incipiente na Galícia, o que para Almagro-Gorbea (2001: 111) mostra a complexidade do processo. Lorrio (2001: 197), ao discorrer sobre os castrejos, também aponta que entre os mesmos a “celtiberização não chegou a completar-se, como prova o fato de que o território se manteve à margem das manifestações funerárias próprias do âmbito arévaco<sup>11</sup>”. Seguindo o mesmo raciocínio, para Lorrio e Zapatero (2004: 226) a “forte continuidade que se observa na cultura castreja, deixou poucas aberturas para influências externas originárias da Meseta, a área da qual presumivelmente os elementos celtas teriam chegado”.

Entretanto, há pesquisadores para os quais a influência celta ocorreu primeiramente no noroeste da Península. Gamito (2005: 575) e Silva (2001: 340) relatam a existência de povos celtas no sul da Península Ibérica que migraram para o norte fugindo da invasão cartaginesa. Embora tenham opiniões divergentes quanto ao período no qual o fato teve lugar (para Gamito a chegada dos celtas deu-se por volta do século IV ou III a.C. e para Silva ocorreu em 500 a.C.) ambos concordam que houve deslocamento de populações celtas em direção ao noroeste e que o relato de Estrabão (Geografia, III, 3, 5) e de Plínio, o Velho (História Natural, III, 3, 10) igualmente corroboram a questão migratória. Alberro (2008: 1017), vai ainda mais além ao afirmar que o substrato proto-celta teria inicialmente ocorrido no noroeste da Península e dali se expandido para as demais áreas, inclusive para a região da Meseta. Para o autor, haveria um substrato cultural com origens na Idade do Bronze Atlântica no noroeste da Península Ibérica, a qual já havia assimilado traços linguísticos e ideológicos, como o

uso da língua proto-celta ou celta e a existência de castros com casas circulares (tais quais as da Bretanha e Irlanda).

Na mesma linha de pensamento em relação aos influxos atlânticos, Cunliffe (2003: 18) advoga a *longa duração* enquanto fator explicativo das similaridades socioculturais encontradas entre os habitantes das regiões costeiras do oceano Atlântico. Os contatos e subsequentes inter-relações culturais teriam ocorrido desde os tempos pré-históricos e a existência de redes fluviais navegáveis evitaria o isolamento das regiões interioranas de modo a possibilitar uma múltipla influência entre as diversas áreas. Tal fato elucidaria, por exemplo, semelhanças linguísticas encontradas entre os povos da Gália, da parte Ocidental da Península Ibérica, da Bretanha, da Irlanda.

Todavia, ainda não é possível comprovar se o substrato proto-celta originou-se no noroeste e se expandiu para as regiões internas da Península Ibérica, se a influência celta ocorreu a partir das regiões centrais para as zonas costeiras (se colocarmos em primeiro plano o papel exercido pelos celtiberos e considerarmos tal população enquanto portadora dos elementos propriamente denominados “celtas”)<sup>12</sup> ou, ainda, se tal substrato teria se desenvolvido de forma concomitante (embora não equivalente) em regiões costeiras e interioranas. O que podemos verificar ao examinar a documentação arqueológica é que a população castreja conservou parte de suas idiossincrasias (como bem atestam a presença de edifícios balneários anteriores à presença romana) e que esteve sujeita às influências atlânticas que remontam ao período pré-histórico. As influências proto-celta na região são, portanto, verificadas num momento anterior ao efetivo contato com os celtiberos, sendo os objetos arqueológicos deste último grupo mais frequentes no Noroeste a partir dos séculos II – I a.C.

O substrato proto-celta teria, assim, atuado como principal fator que interliga vários povos com traços peculiares sem, no entanto, uniformiza-los. É preciso lembrar que as culturas não são estáticas e que castrejos, celtiberos, vetões, turdetanos e demais povos da Península Ibérica ao longo da história sofreram as mais variadas influências derivadas do contato com os púnicos, os gregos, os itálicos.

A Península Ibérica possui uma imensa complexidade e as pesquisas realizadas nas últimas décadas por arqueólogos, linguistas e classicistas tem contribuído cada vez mais para seu conhecimento. Evidentemente, isto não significa a busca de verdades absolutas sobre celtas e castrejos, mas a procura por explicações plausíveis para as diferenças e similaridades culturais, levando em consideração tanto os

condicionamentos históricos ligados às questões das identidades nacionais, bem como as inegáveis peculiaridades encontradas entre os habitantes de cada localidade.

## Bibliografia

### Fontes textuais:

AVIENUS – Ora Marítima. Disponível em:  
<http://www.thelatinlibrary.com/avienus.ora.html>. Acesso em 15 fev. 2018.

ESTRABÃO – The Geography of Strabo. Hamilton, H.C., Falconer, M.A. (Ed). Londres: George Bell & Sons. 1903. Disponível em:  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0239> Acesso em 16 fev.2018

HERODOTO – The Histories. Trad. Godley, A.D. Londres: Heinemann, 1921-1925  
Disponível em:  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1991,01,0126> Acesso em 15 fev. 2018

PLÍNIO, O VELHO – The Natural History. Trad. Bostock, J.; Riley, H. T.; Mayhoff, K. F. T. (Ed.). Londres: Taylor and Francis, 1855. Disponível em:  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0137> Acesso em 15 fev. 2018

POLÍBIO – Histories. Trad. Theodoros Büttner-Wobst; L. Dindorf (Ed). B. G. Teubner. Leipzig: 1967. Disponível em:  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text?doc=Perseus:text:1999.01.0234> Acesso em 16 fev. 2018

SÍLIO ITÁLICO Punica. Trad. J.D. Duff. Cambridge: Harvard University Press, 1989

### Bibliografia Geral:

ALBERRO, M, – “Celtic legacy in Galicia” in *e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* (6), 2008, pp. 1005-1034. Acesso em: 01 mar. 2018

ALMAGRO-GORBEA, M. –“El origen de los celtas em la Península Ibérica. Protoceltas y Celtas” in *Polis, revista de ideas y formas politicas de la antigüedad clásica* 4, 1992, pp. 5-31.

\_\_\_\_\_ - “Los celtas em la Península Ibérica” in ALMAGRO-GORBEA et Alii - *Celtas y Vettones*. Institución Gran Duque de Ávila. Real Academia de La Historia: Ávila. 2001, pp.94-113.

- BRAVO, A. M. M. – “Las casas y el urbanismo” in ALMAGRO-GORBEA, M. et Alii - *Celtas y Vettones*. Institución Gran Duque de Ávila. Real Academia de La Historia: Ávila, 2001, pp.122-133.
- CUNLIFFE, B. – *The celts – a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003
- \_\_\_\_\_ - *The ancient celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- GAMITO, T. J. – “The celts in Portugal” in *e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* (6), 2005, pp. 571-605.
- GONZALEZ-RUIBAL – *Galaicos – Poder y Comunidad en el Noroeste de La Península Ibérica – Brigantium* (18 e 19). Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña: A Coruña, 2006-2007.
- LORRIO, A. J. – “Los celtiberos” in ALMAGRO-GORBEA, M. et Alii - *Celtas y Vettones*. Institución Gran Duque de Ávila. Real Academia de La Historia: Ávila, 2001, pp.183-199.
- LORRIO, A. J.; ZAPATERO, G. R. – “The Celts in Iberia: An Overview” in *e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* (6), 2005, pp. 167-254.
- PARCERO, C. e COBAS, I. – Iron Age Archaeology in the northwest Iberian Peninsula in *e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* (6) 2004, pp.1-72.
- SILVA, A.C.F. – “Los pueblos lusitanos-galaicos” in ALMAGRO-GORBEA et Alii - *Celtas y Vettones*. Institución Gran Duque de Ávila. Real Academia de La Historia: Ávila, 2001, pp.334-349.
- \_\_\_\_\_ - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007
- \_\_\_\_\_ - A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal in *Brathair* 13 (2), 2013, pp. 22-51.
- VILLA-VALDÉS, Angel – “Saunas Castreñas en Astúrias” in Ochoa, C. F. e Garcia Entero, V. – *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, II Coloquio Internacional. Gijón, 2000, pp. 97-114.
- \_\_\_\_\_ - “Santuários “urbanos” en la protohistoria cantábrica: algunas consideraciones sobre El significado y función de las saunas castreñas” in *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos* n.177. Oviedo, 2012, pp.9-46.
- ZAPATERO, G. R. – “¿Quiénes fueran los celtas? Dissipando la niebla: Mitología de un collage histórico” in ALMAGRO-GORBEA et Alii – *Celtas y Vettones*. Institución Gran Duque de Ávila. Real Academia de La Historia: Ávila, 2001, pp.72-91

<sup>1</sup> Martins Sarmiento realizou as primeiras escavações no Noroeste português, particularmente nas Citânias de Briteiros (1875) e de Sabroso (1878).

<sup>2</sup> Logicamente, há que se ter em mente que questões hidrográficas podem ter interferido para a localização dos edifícios termais. Os balneários portugueses localizavam-se junto aos cursos d’água ou mananciais, o que explicaria sua localização em separado dos locais de habitação enquanto que os da região das Astúrias seguiam esquemas nos quais havia pouca utilização de água corrente. No entanto, isto somente explica em parte a questão da localização visto que na região das Astúrias balneários também poderiam ter sido construídos junto aos cursos d’água. A escolha, portanto, deve ter seguido critérios ligados a questões socioculturais visto que os balneários asturianos localizavam-se próximos à entrada



dos castros e, conseqüentemente, podem ter atuado simbolicamente (junto com os demais edifícios presentes nas denominadas “acrópolis” asturianas) como “porta” de acesso à comunidade sendo particularmente importantes enquanto edifícios nos quais os guerreiros passavam por um processo de iniciação e/ou “regeneração” e “renascimento” após a batalha.

<sup>3</sup> A mais conhecida é a de Chao Samartín (800 a.C.).

<sup>4</sup> Para Villa-Valdés (2012), a importância ritualística do elemento água nos assentamentos asturianos bem como o culto de divindades aquáticas fica evidente pela existência de pilares graníticos junto aos riachos próximos dos castros de Pendia e Coana.

<sup>5</sup> De acordo com Lorrio e Zapatero (2005: 178) ao analisarmos as fontes textuais, veremos que a primeira menção aos celtas aparece no poema latino *Ora Marítima* de Avieno. Embora escrito no século IV d.C., a obra faz alusão a um périplo Massaliota do século VI a.C e tem por base fontes muito antigas de autores desconhecidos (dentre as quais a de um suposto navegante massaliota) e outros escritores nos quais o próprio autor confessa ter se inspirado (Hecateu de Mileto, Helânico de Lesbos, Fileas de Atenas, Cífax de Carianda, Pausímaco de Samos, Damastes de Sigeia, Bátoris de Rodes, Euctemon de Atenas, Cleón de Sicília, Heródoto de Halicarnasso, Tucídides). Não obstante haja controvérsias sobre os locais descritos, um dos trechos do poema (128-135) é tradicionalmente considerado o mais antigo registro sobre os celtas nos documentos textuais. A obra situa os celtas além das ilhas Estrímnidas, cuja localização é incerta.

<sup>6</sup> É “creditada a Heródoto (2, 33.3; 4, 49.3) a primeira referência segura aos celtas na Península Ibérica e a evidência mais antiga do etnônimo *Keltoi*. No século V a.C., Heródoto indicou a nascente do rio Istro (atualmente conhecido como Danúbio) como a terra do povo celta, a qual se estendia além dos Pilares de Hércules, sendo os mesmos vizinhos dos cónios, o mais ocidental de todos os povos” (Lorrio e Zapatero, 2004: 178).

<sup>7</sup> A obra de Políbio é particularmente importante porque a primeira menção textual à Celtibéria aparece no relato do cerco a Sagunto (3,17). Ao longo da obra, a Celtibéria aparece em destaque no relato das Guerras Celtiberas (Políbio 35, 2), cuja vitória de Roma ocorreu em 133 a.C. após o cerco à cidade de Numância.

<sup>8</sup> Cadeia de Montanhas que limita a Meseta Central da Espanha e da Península Ibérica

<sup>9</sup> Dentre os vários povos da Península Ibérica, os celtiberos são os mais conhecidos, fato atribuído à sua maior presença nas fontes históricas e às informações provenientes dos sepultamentos, como os das necrópoles sorianas de Numância, La Mercadera e Carratiermes. Para Almagro-Gorbea (2001) este povo seria responsável pela “celtiberização” da Península Ibérica.

<sup>10</sup> Com relação às teorias invasionistas, destaca-se o livro de Bosch-Gimpera - *Two Celtic Waves in Spain*. Oxford: University Press, 1939.

<sup>11</sup> Um dos povos pré-romanos etnicamente identificados como celtiberos e situados geograficamente entre o Sistema Ibérico e o vale do rio Douro.

<sup>12</sup> Neste caso, a influência dos celtiberos seria vista como a mais determinante para a progressiva celticização da Península Ibérica. Lorrio (2001: 188), por exemplo, ao mesmo tempo em que afirma que não se pode simplesmente vincular a presença de povos da Cultura Urnfield com uma “celticização” da península (uma vez que se verifica a existência de grupos desta cultura entre os iberos, cuja língua não era indo-europeia), também relata que não se deve subestimar a possibilidade de que sua infiltração na Meseta Oriental durante os últimos séculos do primeiro milênio tenha sido portadora de uma língua indo-europeia precedente da língua dos celtiberos. Podemos dizer que não há contradição entre estas duas afirmações uma vez que não se trata de considerar a existência de levas invasoras que determinaram uma mudança cultural, mas sim de ponderar a influência de grupos da Cultura Urnfield (provenientes da Europa Central e que chegaram à península após cruzar os Pirineus), na região da Meseta Oriental.